



ACÓRDÃO Nº1024/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2389/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- 4- **Exercício:** 2012
- 5- **Responsáveis:** DJALMA DUTRA FILHO (Ordenador de Despesa)
MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6436/2016-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN. Exercício de 2012.

*Regularidade com ressalvas. Regularidade com
ressalvas. Recomendação. Quitação. Quitação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Amazonas, relativa ao exercício de 2012, sob a responsabilidade da Sra Mônica Antony de Queiroz Melo, no período de 12/05/2012 a 31/12/2012, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 9.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Amazonas, relativa ao exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. Djalma Dutra Filho, no período de 01/01/2012 a 11/05/2012, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 9.3. **Recomendar** ao Departamento Estadual de Trânsito - Detran que:



ACÓRDÃO Nº1024/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

a) Mantenha registro histórico de ocorrência de falta de energia, com sua duração, para respaldar a regularidade de abastecimento dos geradores, em observância aos princípios da transparência, eficiência e economicidade.

b) Faça gestão junto ao administrador do sistema AJURI para adotar mecanismos de controle de forma que permita o registro de lançamentos tempestivos, em conformidade com os registrados no próximos Balanços Patrimoniais.

9.4. Dar quitação ao Sr. Djalma Dutra Filho, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.5. Dar quitação a Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral